

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Direito Penal

Teoria do Crime

Período 2010 - 2016

1) CESPE - ABIN - OTI (2010)

Em relação à aplicação da lei penal e aos diversos aspectos do crime, julgue o item seguinte.
No Código Penal brasileiro, adota-se, em relação ao conceito de crime, o sistema tricotômico, de acordo com o qual as infrações penais são separadas em crimes, delitos e contravenções.

- Certo
 Errado

2) FGV - SEAD AP - FRE (2010)

Analise as proposições a seguir.

- I. O exame do direito positivo é a metodologia indicada para promover a distinção entre crime e contravenção penal posto que não há diferença ontológica entre ambos.
II. Segundo dispõe o legislador penal, crime é a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção é a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.
III. No direito penal pátrio a expressão crime é tida como gênero, do qual são espécies as contravenções penais e os delitos.
IV. A diferença entre ilícito civil e ilícito penal é que o primeiro gera a imposição de uma pena, que pode até chegar ao extremo de privação da liberdade do agente; já o segundo tem como consequência a obrigação de reparar o dano, primordialmente.

Assinale:

- a) se somente as proposições III e IV estiverem corretas.
b) se somente as proposições I e II estiverem corretas.
c) se somente as proposições II e IV estiverem corretas.
d) se somente as proposições I e IV estiverem corretas.
e) se somente as proposições II e III estiverem corretas.

3) CESPE - TCU - Controle Externo - Auditoria Governamental (2011)

Acerca da tipicidade, da culpabilidade e da punibilidade, julgue o item a seguir.

Na doutrina e jurisprudência contemporâneas, predomina o entendimento de que a punibilidade não integra o conceito analítico de delito, que ficaria definido como conduta típica, ilícita e culpável.

- Certo
 Errado

4) FCC - Auditor - TCE - PR (2011)

Em relação ao conceito formal e material do crime é correto afirmar:

- a) Somente no conceito material permite-se um desdobramento do tipo penal em ação ou omissão,

tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

- b) No conceito formal, o delito constitui uma lesão a um bem jurídico penal.
- c) O delito, sob a perspectiva material e formal, é punido com pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
- d) O conceito de delito formal é o fato humano proibido pela lei penal, e material há lesão ou perigo de lesão a um bem jurídico-penal.
- e) O delito é fato típico e antijurídico e a culpabilidade, para o conceito material, o distingue do conceito formal.

5) CESPE - Policial Rodoviário Federal - PRF (2013)

Com relação aos princípios, institutos e dispositivos da parte geral do Código Penal (CP), julgue o item seguinte.

O ordenamento jurídico brasileiro prevê a possibilidade de ocorrência de tipicidade sem antijuridicidade, assim como de antijuridicidade sem culpabilidade.

- Certo
- Errado

6) CESPE - Consultor Legislativo - Câmara dos Deputados - AL (2014)

Quanto às penas, à tipicidade, à ilicitude e aos elementos e espécies da infração penal, julgue o item a seguir.

Na legislação pátria, adotou-se o critério bipartido na definição das infrações penais, ou seja, estas se subdividem em contravenções penais e crimes ou delitos, inexistindo diferença conceitual entre as duas últimas espécies.

- Certo
- Errado

7) Comissão Examinadora - Promotor de Justiça - MPE - SP (2015)

Após a leitura dos enunciados abaixo, assinale a alternativa correta:

- I- A teoria finalista, no conceito analítico de crime, o define como um fato típico e antijurídico, sendo a culpabilidade pressuposto da pena.
- II- A teoria clássica, no conceito analítico de crime, o define como um fato típico, antijurídico e culpável.
- III- A teoria clássica entende que a culpabilidade consiste em um vínculo subjetivo que liga a ação ao resultado, ou seja, no dolo ou na culpa em sentido estrito.
- IV- A teoria finalista entende que, por ser o delito uma conduta humana e voluntária que tem sempre uma finalidade, o dolo e a culpa são abrangidos pela conduta.
- V- A teoria finalista entende que pode existir crime sem que haja culpabilidade, isto é, censurabilidade ou reprovabilidade da conduta, inexistindo, portanto, a condição indispensável à imposição e pena.

- a) Somente o II e o III são verdadeiros.
- b) Somente o I e o IV são verdadeiros.

- c) Somente o I, IV e V são verdadeiros.
- d) Somente o I e II são verdadeiros.
- e) Todos são verdadeiros.

8) CESPE - ABIN - OTI (2010)

Julgue o item a seguir, referente a institutos de direito penal.

De acordo com a teoria dos elementos negativos do tipo, dado o conceito de tipo total de injusto, as causas de exclusão da ilicitude devem ser agregadas ao tipo como requisitos negativos deste.

- Certo
- Errado

9) FCC - Notário - TJ - PE (2013)

São elementos objetivos da relação de tipicidade

- a) a conduta, o resultado e a relação de causalidade.
- b) a antijuridicidade e a culpabilidade.
- c) as circunstâncias do fato.
- d) o dolo e a culpa.
- e) a imputabilidade e o juízo de reprovação.

10) CESPE - CBM - CE - PT (2014)

Com relação ao conceito de crime, à lei penal no tempo e aos demais institutos previstos na parte geral do Código Penal, julgue o item seguinte.

Nos crimes materiais, conduta, resultado, tipicidade e nexos causal entre conduta e resultado constituem elementos do fato típico.

- Certo
- Errado

11) Comissão Examinadora - Promotor de Justiça - MPE - SP (2015)

São elementos do fato típico:

- a) conduta, resultado, relação de causalidade e tipicidade.
- b) conduta, resultado, relação de causalidade e culpabilidade.
- c) conduta, resultado, antijuridicidade e culpabilidade.
- d) conduta, resultado, nexos de causalidade e antijuridicidade.
- e) conduta, relação de causalidade, antijuridicidade e tipicidade.

12) CESPE - ABIN - OTI (2010)

Em relação à aplicação da lei penal e aos diversos aspectos do crime, julgue o item seguinte.

Nos crimes omissivos próprios e impróprios, não hánexo causal, visto que inexistes resultado naturalístico atribuído ao omissor, que responde apenas por sua omissão se houver crime previsto no caso concreto.

- () Certo
- () Errado

13) FCC - Procurador - TCE - SP (2011)

Os crimes que resultam do não fazer o que a lei manda, sem dependência de qualquer resultado naturalístico, são chamados de

- a) comissivos por omissão.
- b) formais.
- c) omissivos próprios.
- d) comissivos.
- e) omissivos impróprios.

14) FMP - Defensor Público - DPGE - RO (2010)

Na praia de Ipanema, Júnior, filho de Pedro, começa a se afogar. O pai, que está olhando, a cena permanece inerte, pois já não agüenta mais o filho, embora lhe fosse possível o salvamento. Maria, mãe da criança, tenta socorrê-la, mas, porque não sabe nadar, não consegue impedir a morte da criança. João, banhista que está no local, observa os fatos, mas não se intromete, embora tivesse condições de salvar a criança. Nesse caso, é correto afirmar que

- a) Pedro e João deverão responder por homicídio na forma omissiva. Maria não responde penalmente.
- b) Pedro deverá responder por homicídio na forma omissiva (crime omissivo próprio). Maria não responde penalmente. João responde por omissão de socorro (crime omissivo impróprio).
- c) Pedro deverá responder por homicídio na forma omissiva (crime omissivo impróprio). Maria não responde penalmente. João responde por omissão de socorro (crime omissivo próprio).
- d) Pedro e João deverão responder por omissão de socorro (crime omissivo próprio). Maria não responde penalmente.
- e) Pedro, João e Maria deverão responder por homicídio na forma comissiva por omissão.

15) FGV - ALEMA - Advogado (2013)

Com relação ao estudo da teoria do crime, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A conduta pode se manifestar por meio de um comportamento positivo (ação) ou de um comportamento negativo (omissão), quando não atua o agente de acordo com o comportamento esperado pela norma.
- b) Os crimes omissivos se dividem em próprio e impróprio, não se admitindo a tentativa em qualquer deles.
- c) Os delitos omissivos impróprios são crimes próprios, já que se exige do autor uma qualidade especial.

- d) Admite-se a co-autoria nos crimes omissivos impróprios.
- e) A indicação da figura do garantidor pelo texto legal não pode ser ampliada, eis que o rol respectivo é taxativo.

16) CESPE - Policial Civil - DF (2013)

Acerca do direito penal, julgue o item subsecutivo.

É possível, do ponto de vista jurídico-penal, participação por omissão em crime comissivo.

- () Certo
- () Errado

17) FCC - Juiz Estadual - TJ - CE (2014)

Os crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão são aqueles

- a) cuja consumação se protraí no tempo, enquanto perdurar a conduta.
- b) em que a relação de causalidade é normativa.
- c) praticados mediante o “não fazer” o que a lei manda, sem dependência de qualquer resultado naturalístico.
- d) que se consumam antecipadamente, sem dependência de ocorrer ou não o resultado desejado pelo agente.
- e) que o agente deixa de fazer o que estava obrigado, ainda que sem a produção de qualquer resultado.

18) FGV - OAB UNI NAC - XIV EXAME (2014)

Isadora, mãe da adolescente Larissa, de 12 anos de idade, saiu um pouco mais cedo do trabalho e, ao chegar à sua casa, da janela da sala, vê seu companheiro, Frederico, mantendo relações sexuais com sua filha no sofá. Chocada com a cena, não teve qualquer reação. Não tendo sido vista por ambos, Isadora decidiu, a partir de então, chegar à sua residência naquele mesmo horário e verificou que o fato se repetia por semanas. Isadora tinha efetiva ciência dos abusos perpetrados por Frederico, porém, muito apaixonada por ele, nada fez. Assim, Isadora, sabendo dos abusos cometidos por seu companheiro contra sua filha, deixa de agir para impedi-los.

Nesse caso, é correto afirmar que o crime cometido por Isadora é

- a) omissivo impróprio.
- b) omissivo próprio.
- c) comissivo.
- d) omissivo por comissão.

19) FGV - OAB UNI NAC - XII EXAME (2013)

Odete é diretora de um orfanato municipal, responsável por oitenta meninas em idade de dois a onze anos. Certo dia Odete vê Elisabeth, uma das recreadoras contratada pela Prefeitura para trabalhar na instituição, praticar ato libidinoso com Poliana, criança de 9 anos, que ali estava abrigada. Mesmo enojada

pela situação que presenciava, Odete achou melhor não intervir, porque não desejava criar qualquer problema para si.

Nesse caso, tendo como base apenas as informações descritas, assinale a opção correta.

- a) Odete não pode ser responsabilizada penalmente, embora possa sê-lo no âmbito cível e administrativo.
- b) Odete pode ser responsabilizada pelo crime descrito no Art. 244-A, do Estatuto da Criança e do Adolescente, verbis: “Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual”.
- c) Odete pode ser responsabilizada pelo crime de estupro de vulnerável, previsto no Art. 217-A do CP, verbis: “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”.
- d) Odete pode ser responsabilizada pelo crime de omissão de socorro, previsto no Art. 135, do CP, verbis: “Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública”.

20) Comissão Examinadora - Procurador da República - MPF (2011)

LEIA AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I São pressupostos fundamentais do crime omissivo impróprio o dever de agir, o poder agir, a inevitabilidade do resultado e o dever de impedir o resultado;

II Constitui crime omissivo impróprio, nos crimes ambientais, a conduta de alguém, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la;

III O comportamento anterior, que cria o risco da ocorrência do resultado, pode ser voluntário ou involuntário, doloso ou culposo,

Dentre as proposições acima:

- a) apenas são corretas as dos incisos I e II;
- b) apenas são corretas as dos incisos I e III;
- c) apenas são corretas as dos incisos II e III;
- d) todas as proposições são corretas.

21) VUNESP - Defensor Público - MS (2014)

É correto afirmar que

- a) o Código Penal Brasileiro adotou a teoria da equivalência dos antecedentes causais, segundo a qual tudo o que contribui para o resultado é considerado causa, exceto a concausa relativamente independente, mesmo que venha a interferir no resultado.
- b) os crimes comissivos por omissão são aqueles em que o agente deixa de fazer o que estava obrigado e, por isso, acaba produzindo o resultado.
- c) exclusivamente de acordo com o entendimento majoritário da doutrina, é possível a coautoria nos crimes de mão própria mesmo se o coautor não ostentar os moldes da figura incriminadora.
- d) o crime de desobediência, previsto pelo art. 330 do Código Penal, por ter como objeto jurídico a administração pública e o cumprimento de suas ordens, não admite a transação penal contida na lei n.º 9.099/95.

22) VUNESP - Inspetor da Policia Civil - CE (2015)

Nos termos do Código Penal considera-se causa do crime

- a) a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- b) a ação ou omissão praticada pelo autor, independentemente da sua relação com o resultado.
- c) exclusivamente a ação ou omissão que mais se relaciona com a intenção do autor.
- d) a ação ou omissão praticada pelo autor, independentemente de qualquer causa superveniente.
- e) exclusivamente a ação ou omissão que mais contribui para o resultado.

23) FCC - Procurador - TCE - SP (2011)

Para a doutrina finalista, o dolo integra a

- a) culpabilidade.
- b) tipicidade.
- c) ilicitude.
- d) antijuridicidade.
- e) punibilidade.

24) FCC - Procurador - TCE - SP (2011)

No tocante ao crime culposo, é possível assegurar que

- a) a inobservância de disposição regulamentar não faz presumir a culpa.
- b) a culpa concorrente da vítima exclui a do acusado.
- c) é desnecessária previsão de punição a título de culpa na respectiva figura penal.
- d) é admissível a tentativa.
- e) é dispensável a previsibilidade do resultado.

25) FCC - SEFIN RO - AFTE (2010)

José, sabendo que seu desafeto Paulo estava andando de bicicleta numa estrada estreita, instiga João, motorista do veículo em que se encontrava, a imprimir ao veículo velocidade elevada, na esperança de que Paulo venha a ser atropelado. João passa a correr em alta velocidade e atropela Paulo, mais adiante, ocasionando-lhe a morte. Nesse caso, ambos responderão pelo crime, sendo que

- a) ambos responderão por culpa.
- b) José responderá por culpa e João por dolo eventual.
- c) José responderá por dolo eventual e João por culpa.
- d) ambos responderão por dolo eventual.
- e) José responderá por dolo direto e João por dolo eventual.

26) FCC - Auditor - TCE - PR (2011)

Tratando-se de culpabilidade, o sistema penal brasileiro adota a regra da responsabilidade subjetiva, que implica

- a) aferição de causas excludentes de ilicitude.
- b) responsabilização penal necessariamente vinculada à presença de dolo ou culpa.
- c) responsabilização penal independentemente do dolo ou culpa.
- d) avaliação da inexigibilidade de conduta diversa.
- e) responsabilização penal observado o critério da territorialidade.

27) FCC - Juiz do Trabalho - TRT - 1ª Região (2011)

Em matéria de dolo e culpa, é correto afirmar que

- a) é prescindível o nexa causal entre a conduta e o resultado nos crimes culposos.
- b) há culpa consciente quando o agente não prevê o resultado, embora este seja previsível.
- c) excluem a culpabilidade, se ausentes.
- d) o agente só responderá pelo resultado que agrava especialmente a pena quando o houver causado dolosamente.
- e) é indispensável a previsibilidade do resultado pelo agente nos crimes culposos.

28) FMP - Defensor Público - DPGE - RO (2010)

É correto afirmar que constitui elemento de crime culposo, além da conduta, da inobservância do dever de cuidado objetivo, do resultado lesivo involuntário e da tipicidade,

- a) a compensação.
- b) a concorrência de culpas.
- c) o grau de culpa.
- d) a previsibilidade.
- e) a intenção do agente.

29) FMP - Defensor Público - DPGE - RO (2010)

Assinale a alternativa correta.

- a) A ação para teoria causal é sempre uma atividade final, graças ao saber final do homem.
- b) A ação para a teoria final é sempre uma atividade natural, baseada na causalidade.
- c) A ação para a teoria final é sempre uma atividade dirigida a determinada finalidade graças ao saber causal do homem.
- d) Pode-se dizer que a finalidade é cega, e a causalidade é vidente.
- e) Para a teoria finalista, o dolo e a culpa integram a culpabilidade.

30) CESPE - Analista Judiciário - CNJ (2013)

Julgue o item seguinte, relativo ao direito penal.

Nos crimes culposos, é dispensável a produção do resultado naturalístico involuntário.

- () Certo
- () Errado

Gabarito

1) ERRADO	2) B	3) CERTO	4) D	5) CERTO
6) CERTO	7) E	8) CERTO	9) A	10) CERTO
11) A	12)ERRADO	13) C	14) C	15) B
16) CERTO	17) B	18) A	19) C	20) B
21) B	22) A	23) B	24) A	25) C
26) B	27) E	28) D	29) C	30) ERRADO